

Relatório Anual 2016

**Cooperativa de Crédito e Investimento de
Livre Admissão União Paraná/São Paulo -
Sicredi União PR/SP**

Diretoria Executiva de Administração e Finanças
Superintendência de Operações Administrativas
Gerência de Controladoria





Centro Empresarial Mostardelro
Av. Mostardelro, 322
10º andar – Moinhos de Vento
90430-000 – Porto Alegre, RS, Brasil
Tel: +55 51 3204-5500
Fax: +55 51 3204-5699
www.ey.com

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão União Paraná/São Paulo - Sicredi
União PR/SP
Maringá - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão União Paraná/São Paulo - Sicredi União PR/SP ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão União Paraná/São Paulo - Sicredi União PR/SP em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparente estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Auditoria dos valores correspondentes a 31 de dezembro de 2015

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores que emitiram relatório datado de 12 de fevereiro de 2016, que não continha qualquer modificação.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 15 de fevereiro de 2017

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/F-6



Dário Ramos da Cunha
Contador CRC – 1SP214144/O-1

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos, em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão União Paraná/São Paulo - Sicredi União PR/SP relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Plano de Negócios

A Cooperativa elaborou o plano de negócio e estudo de viabilidade econômica com vistas à incorporação da Cooperativa Sicredi Integradas Centro Leste Paulista SP ocorrida em 01 de agosto de 2013, em conformidade com o disposto no artigo 12 da Res. CMN nº 4.434.

Informamos que as premissas constantes no plano de negócios e estudo de viabilidade econômica encaminhados ao Banco Central foram alcançadas na totalidade, permanecendo acima da meta estimada, conforme demonstrado na planilha abaixo:

Dados	Estimado	Realizado
Associados	118.325	138.326
Carteira de Crédito *	1.043.819	1.086.294
Depósitos	925.007	1.217.927
Patrimônio Líquido	228.117	260.236
Capital	104.545	153.626
Resultado Antes das Destinações	21.686	36.079
Rentabilidade do PL	9,51%	13,86%

valores em milhares de Reais

* Saldo reduzido das provisões para operações de crédito.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão União Paraná/São Paulo - Sicredi União PR/SP
CNPJ/MF nº 79.342.069/0001-53

ATIVO	31/12/2016	31/12/2015 (Reapresentado)	PASSIVO	31/12/2016	31/12/2015 (Reapresentado)		
CIRCULANTE	1.682.803	1.414.598	CIRCULANTE	813.999	700.875		
DISPONIBILIDADES	(NOTA 04)	47.454	37.874	DEPÓSITOS	(NOTA 11)	289.921	249.703
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		724.667	588.935	Depósitos à Vista		249.912	207.110
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		35	47	Depósitos Interfinanceiros		2.982	7.735
Depósitos no Banco Central		3.179	-	Depósitos a Prazo		37.027	34.858
Tesouro Nacional-Recursos Crédito Rural		306	525	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		389.392	347.466
Correspondentes no país		519	582	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar		11	1.483
Centralização Financeira - Cooperativas	(NOTA 04)	720.628	587.781	Repasses Interfinanceiros	(NOTA 12)	389.381	345.983
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 06)	807.032	722.736	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS		2.607	2.202
Operações de Crédito		867.413	765.551	Recursos em Trânsito de Terceiros		2.607	2.202
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(60.381)	(42.815)	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO	(NOTA 13)	14.103	9.935
OUTROS CRÉDITOS		83.556	56.908	Empréstimos Páis - Outras Instituições		14.103	9.935
Créditos por Avais e Fianças Honrados		385	728	OUTRAS OBRIGAÇÕES		117.976	91.569
Rendas a Receber		4.276	5.939	Cobrança e Arrecadação de Tributos		346	303
Diversos	(NOTA 07)	80.007	52.819	Sociais e Estatutárias		3.719	2.091
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)		(1.112)	(2.578)	Fiscais e Previdenciárias		3.754	3.022
OUTROS VALORES E BENS		20.094	8.145	Diversas	(NOTA 14)	110.157	86.153
Outros Valores e Bens		20.469	8.420				
(Provisão para desvalorização)		(472)	(457)				
Despesas Antecipadas	(NOTA 08)	97	182				
NÃO CIRCULANTE	381.674	307.612	NÃO CIRCULANTE	990.242	794.673		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		283.232	216.823	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		990.242	794.673
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	(NOTA 05)	2.490	6.252	DEPÓSITOS	(NOTA 11)	928.006	742.098
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		2.490	6.252	Depósitos a Prazo		928.006	742.098
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 06)	279.262	209.857	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		62.236	52.575
Operações de Crédito		306.615	232.107	Repasses Interfinanceiros	(NOTA 12)	62.236	52.575
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(27.353)	(22.250)				
OUTROS CRÉDITOS		1.480	678				
Diversos	(NOTA 07)	1.487	678				
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)		(7)	-				
OUTROS VALORES E BENS		-	36				
Despesas Antecipadas	(NOTA 08)	-	36				
PERMANENTE		98.442	90.789	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		260.236	226.662
INVESTIMENTOS	(NOTA 09)	40.523	40.523	CAPITAL SOCIAL	(NOTA 16)	153.626	139.713
Outros Investimentos		40.523	40.523	De Domiciliados no País		163.225	149.081
IMOBILIZADO DE USO	(NOTA 10)	46.189	40.356	(Capital a Realizar)		(9.599)	(9.368)
Imóveis de Uso		8.933	6.619	RESERVAS DE SOBRAS		103.309	85.702
Outras Imobilizações de Uso		61.901	53.207				
(Depreciação acumulada)		(24.645)	(19.470)	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		3.301	1.247
INTANGÍVEL	(NOTA 10)	11.730	9.910				
Outros Ativos Intangíveis		20.029	16.463				
(Amortização acumulada)		(8.299)	(6.553)				
TOTAL DO ATIVO	2.064.477	1.722.210	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.064.477	1.722.210		

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão União Paraná/São Paulo - Sicredi União PR/SP
CNPJ/MF nº 79.342.069/0001-53

Descrição das contas	01/07/2016 a 31/12/2016 (Não Auditado)			01/01/2016 a 31/12/2016			01/01/2015 a 31/12/2015 (Reapresentado)		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	150.622	9	150.631	286.856	52	286.908	227.030	62	227.092
Operações de Crédito	149.491	9	149.500	284.786	52	284.838	226.874	62	226.936
Resultado Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.083	-	1.083	1.919	-	1.919	28	-	28
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	-	-	-	-	16	-	16
Resultado das Aplicações Compulsórias	48	-	48	151	-	151	112	-	112
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	(116.650)	(1.431)	(118.081)	(216.879)	(2.406)	(219.285)	(168.555)	(2.007)	(170.562)
Operações de Captação no Mercado	(59.782)	(139)	(59.921)	(113.945)	(300)	(114.245)	(82.777)	(316)	(83.093)
Operações de Empréstimos e Repasses	(14.506)	(1.292)	(15.798)	(28.806)	(2.106)	(30.912)	(21.422)	(1.691)	(23.113)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(42.362)	-	(42.362)	(74.128)	-	(74.128)	(64.356)	-	(64.356)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	33.972	(1.422)	32.550	69.977	(2.354)	67.623	58.475	(1.945)	56.530
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(21.031)	8.889	(12.142)	(48.916)	17.285	(31.631)	(48.822)	16.303	(32.519)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	10.544	18.483	29.027	20.059	33.763	53.822	18.123	22.986	41.109
Rendas de Tarifas Bancárias	11.562	1	11.563	22.403	4	22.407	18.335	21	18.356
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(41.333)	(3.713)	(45.046)	(76.138)	(5.698)	(81.836)	(60.552)	(4.728)	(65.280)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 19)	(41.379)	(5.002)	(46.381)	(80.482)	(8.347)	(88.829)	(69.903)	(7.921)	(77.824)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(448)	(1.776)	(2.224)	(709)	(2.832)	(3.541)	(453)	(1.389)	(1.842)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 20)	67.445	2.216	69.661	112.774	2.496	115.270	75.269	9.205	84.474
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 21)	(27.422)	(1.320)	(28.742)	(46.823)	(2.101)	(48.924)	(29.641)	(1.871)	(31.512)
RESULTADO OPERACIONAL	12.941	7.467	20.408	21.061	14.931	35.992	9.653	14.358	24.011
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	598	20	618	209	43	252	(1.228)	45	(1.183)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	13.539	7.487	21.026	21.270	14.974	36.244	8.425	14.403	22.828
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	2.490	2.490	-	(165)	(165)	-	-	-
Provisão para Imposto de Renda	-	1.481	1.481	-	(92)	(92)	-	-	-
Provisão para Contribuição Social	-	1.009	1.009	-	(73)	(73)	-	-	-
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	13.539	9.977	23.516	21.270	14.809	36.079	8.425	14.403	22.828
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	14.809	(14.809)	-	14.403	(14.403)	-
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	13.539	9.977	23.516	36.079	-	36.079	22.828	-	22.828
DESTINAÇÕES	-	-	-	(32.778)	-	(32.778)	(21.581)	-	(21.581)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(14.070)	-	(14.070)	(14.513)	-	(14.513)
Fates - Estatutário	-	-	-	(1.101)	-	(1.101)	(416)	-	(416)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(17.607)	-	(17.607)	(6.652)	-	(6.652)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	3.301	-	3.301	1.247	-	1.247

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 (Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão União Paraná/São Paulo - Sicredi União PR/SP
 CNPJ/MF nº 79.342.069/0001-53

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2015	114.339	79.050	3.573	196.962
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	3.570	-	(3.570)	-
Outras destinações	-	-	(3)	(3)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	11.546	-	-	11.546
Baixas de capital	(3.844)	-	-	(3.844)
Resultado do período	-	-	22.828	22.828
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(416)	(416)
Reserva Legal - Estatutária	-	6.652	(6.652)	-
Juros sobre o Capital Próprio	14.102	-	(14.513)	(411)
Saldo no final do período em 31/12/2015	139.713	85.702	1.247	226.662
Mutações do Período	25.374	6.652	(2.326)	29.700
Saldo no início do período em 01/01/2016	139.713	85.702	1.247	226.662
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	1.246	-	(1.246)	-
Outras destinações	-	-	(1)	(1)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	13.799	-	-	13.799
Baixas de capital	(14.841)	-	-	(14.841)
Resultado do período	-	-	36.079	36.079
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(1.101)	(1.101)
Reserva Legal - Estatutária	-	17.607	(17.607)	-
Juros sobre o Capital Próprio	13.709	-	(14.070)	(361)
Saldo no final do período em 31/12/2016	153.626	103.309	3.301	260.236
Mutações do Período	13.913	17.607	2.054	33.574
Saldo no início do período em 01/07/2016 (Não auditado)	141.826	85.702	12.563	240.091
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	7.019	-	-	7.019
Baixas de capital	(8.928)	-	-	(8.928)
Resultado do período	-	-	23.516	23.516
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(1.101)	(1.101)
Reserva Legal - Estatutária	-	17.607	(17.607)	-
Juros sobre o Capital Próprio	13.709	-	(14.070)	(361)
Saldo no final do período em 31/12/2016	153.626	103.309	3.301	260.236
Mutações do Período	11.800	17.607	(9.262)	20.145

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão União Paraná/São Paulo - Sicredi União PR/SP
CNPJ/MF nº 79.342.069/0001-53

	01/07/2016 a 31/12/2016 (Não Auditado)	01/01/2016 a 31/12/2016	01/01/2015 a 31/12/2015 (Reclassificado)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	39.469	66.198	48.021
Resultado do semestre/exercício	23.516	36.079	22.828
AJUSTES AO RESULTADO DO EXERCÍCIO	15.953	30.119	25.193
Provisão para operações de crédito	13.604	22.669	18.877
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	-	15	353
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros créditos	(1.110)	(1.459)	807
Depreciação do imobilizado de uso	3.357	6.372	5.288
Amortização do intangível	954	1.747	1.466
Baixas do ativo permanente	966	1.169	309
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	221	49	(600)
Destinações ao FATES	(1.101)	(1.101)	(416)
Dividendos SicrediPar	(938)	658	(891)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	57.929	94.574	89.010
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	16.972	3.762	(6.252)
Redução em relações interfinanceiras ativas	17.101	12	196
(Aumento) Redução em créditos vinculados	(1.024)	(2.960)	499
(Aumento) Redução em relações com correspondentes	(24)	63	24
(Aumento) em operações de crédito	(110.112)	(176.369)	(102.122)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	62.885	51.587	25.176
(Aumento) em outros créditos	(2.815)	(26.649)	(10.066)
(Aumento) em outros valores e bens	(10.728)	(11.928)	(4.349)
Aumento em depósitos	59.577	226.126	174.960
Aumento em relações interdependências passivas	434	405	670
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	783	4.169	(7.691)
Absorção de dispêndios pelo FATES	-	(416)	(1.191)
Aumento em outras obrigações	24.880	26.772	19.156
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente	97.398	160.772	137.031
Aquisição de Imobilizado de Uso	(6.826)	(13.375)	(14.151)
Aplicações no Intangível	(720)	(3.566)	(4.624)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido (Aplicado)	(7.546)	(16.941)	(18.775)
Integralização de capital	7.019	13.799	11.546
Baixa de capital	(8.928)	(14.841)	(3.844)
Juros ao capital próprio	(361)	(361)	(411)
Distribuição de Sobras	-	(1)	(3)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(2.270)	(1.404)	7.288
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	87.582	142.427	125.544
Caixa e equivalente de caixa no início do período	680.500	625.655	500.111
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	768.082	768.082	625.655

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
 (EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão União Paraná/São Paulo - Sicredi União PR/SP ("Cooperativa"), é uma cooperativa de crédito singular, filiada à Cooperativa Central de Crédito e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 25/09/1985 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2016, está organizado por 118 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.523 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) desde março de 2014, associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.041/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 05, 10, 23, 24 e 25), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

As informações apresentadas em 31 de dezembro de 2015 na Nota 09, referentes aos valores do Lucro Líquido do Exercício e Patrimônio Líquido da Sicredi Participações S.A., bem como o valor de Lucro Líquido do Exercício da Sicredi Fundos Garantidores, foram reapresentados devido as alterações sofridas após a publicação das Demonstrações Financeiras da Cooperativa.

Visando permitir a adequada análise da posição patrimonial e financeira da Cooperativa, a partir deste exercício, serão apresentados no Balanço Patrimonial e na nota explicativa da Outros Créditos Diversos rubrica de Adiantamentos para pagamentos de nossa conta, os valores referentes aos projetos de investimento em tecnologia segregados em circulante e realizável a longo prazo, assim como a apresentação retrospectiva dos valores. A segregação foi efetuada com base no prazo de encerramento dos projetos em andamento. No Balanço Patrimonial os passivos tributários também foram reclassificados para o grupo de Outras Obrigações Diversas, no exercício anterior estavam alocados em Outras Obrigações Fiscais e Previdenciárias. Com isso certos valores das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015 estão sendo reapresentados.

Além dos valores acima, foram reapresentados para melhor compreensão e para fins de comparação da Demonstração de Sobras ou Perdas de 2015 e 2016, os valores referentes as rendas de tarifas bancárias, bem como a alocação das aplicações interfinanceiras de liquidez no grupo de Atividades Operacionais na Demonstração do Fluxo de Caixa, conforme demonstrados no quadro abaixo:

	2015 Original	Valor ajustado em 2015	2015 Reapresentado
BALANÇO PATRIMONIAL			
Ativo circulante	1.414.826	(228)	1.414.598
OUTROS CRÉDITOS	57.136	(228)	56.908
Diversos	53.047	(228)	52.819
Ativo Não circulante	307.384	228	307.612
OUTROS CRÉDITOS	450	228	678
Diversos	450	228	678
Passivo circulante	700.875		700.875
OUTRAS OBRIGAÇÕES	91.569		91.569
Fiscais e Previdenciárias	3.044	(22)	3.022
Diversas	86.131	22	86.153
DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS			
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(32.519)	-	(32.519)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	41.848	(739)	41.109
Rendas de Tarifas Bancárias	17.617	739	18.356

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA			
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	95.262	(6.252)	89.010
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	143.283	(6.252)	137.031
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(25.027)	6.252	(18.775)

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria em 01 de fevereiro de 2017.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

e) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização (“accrual”) das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas apropriar. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

f) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas apropriar.

h) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

i) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

j) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logícias, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

k) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

l) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

m) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas apropriar.

n) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável.

o) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

p) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2016	2015
Disponibilidades	47.454	37.874
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	720.628	587.781
Total	768.082	625.655

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média equivale a 99,60 % do CDI.

NOTA 05 - APlicações Interfinanceiras de Liquidez

	2016	2015
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	2.490	6.252
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	2.490	6.252
Total realizável a longo prazo	2.490	6.252

NOTA 06 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2016			2015
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	453.537	233.453	686.990	563.707
Financiamentos	10.135	8.864	18.999	22.350
Financiamentos rurais e agroindustriais	403.741	64.298	468.039	411.601
Carteira total	867.413	306.615	1.174.028	997.658

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2016			2015
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honrados	385	-	385	728
Devedores por compra de valores e bens	1.022	1.481	2.503	694
Títulos e créditos a receber (i)	51.499	6	51.505	37.892
Total	52.906	1.487	54.393	39.314

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito	
		2016	2015	2016	2015
Nível AA	-	10	9	-	-
Nível A	0,50	833.248	746.414	4.166	3.732
Nível B	1,00	172.225	117.976	1.722	1.180
Nível C	3,00	69.569	58.005	2.087	1.740
Nível D	10,00	51.968	44.056	5.197	4.406
Nível E	30,00	21.550	14.316	6.465	4.295
Nível F	50,00	16.786	8.763	8.393	4.382
Nível G	70,00	7.472	3.061	5.230	2.143
Nível H	100,00	55.593	44.372	55.593	44.372
Total (i)		1.228.421	1.036.972	88.853	66.250

Em 31 de dezembro de 2016 a Cooperativa possui outros créditos sem característica de concessão de crédito para os quais registrou provisão no montante de R\$ 0 (2015 - R\$ 1.393).

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	Vencidas a partir de 15 dias	2016			2015
		A vencer			Total da Carteira
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias	
Pessoas Físicas	22.114	128.133	134.870	150.247	435.364
Rural	7.289	68.492	327.960	64.298	468.039
Industrial	1.553	20.181	20.233	8.943	50.910
Comércio	5.641	42.128	35.969	33.577	117.315
Outros Serviços	4.792	45.276	55.688	51.037	156.793
Total	41.389	304.210	574.720	308.102	1.228.421
					1.036.972

d) Concentração das operações de crédito

	2016	%	2015	%
10 maiores devedores	72.609	5,91	59.123	5,70
50 devedores seguintes	132.211	10,76	110.484	10,65
100 devedores seguintes	120.850	9,84	99.701	9,61
Demais	902.751	73,49	767.664	74,03
Total	1.228.421	100	1.036.972	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2016	2015
Saldo inicial	67.643	47.959
Constituição de provisão	74.128	64.356
Movimentação de baixados para prejuízo	(52.918)	(44.672)
Saldo final	88.853	67.643

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 20.618 (2015 - R\$ 11.830), foram registradas como “Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira”.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 37.149 (2015 - R\$ 100.753).

NOTA 07 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2016	2015 (Reapresentado cfe NE 02)
Adiantamentos e antecipações salariais	788	703
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	6.539	4.577
Devedores por compra de valores e bens	1.022	247
Devedores por depósitos em garantia	3.471	2.393
Impostos e contribuições a compensar (ii)	10.982	1.584
Títulos e créditos a receber	51.499	37.889
Valores honrados	795	1.564
Cotas de consórcio	64	170
Devedores por convênios	578	735
Operações com cartões	234	219
Pendências a regularizar	1.097	2.145
Outros	2.938	593
Total Circulante	80.007	52.819
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	-	228
Devedores por compra de valores e bens	1.481	447
Títulos e créditos a receber	6	3
Total realizável a longo prazo	1.487	678

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móvels, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas. Os valores estão segregados em Circulante e Realizável a Longo Prazo conforme mencionado na Nota 2.

(ii) Refere-se basicamente ao processo administrativo transitado em julgado, cuja a decisão do STF pela inconstitucionalidade da cobrança do INSS patronal nos serviços prestados por Cooperativa de Trabalho, a favor da Cooperativa. A estimativa de compensação é de 8 meses após a habilitação do crédito junto a Receita Federal.

NOTA 08 – OUTROS VALORES E BENS

	2016	2015
Bens não de uso próprio	19.681	7.969
Imóveis	17.328	5.988
Veículos e afins	1.292	333
Bens em regime especial	1.061	1.648
Material em estoque	788	451
Despesas antecipadas	97	182
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(472)	(457)
Total Circulante	20.094	8.145
Despesas antecipadas	-	36
Total realizável a longo prazo	-	36

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 472 (2015 - R\$ 457) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 09 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2016	2015
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	19.782	19.782
Sicredi Participações S.A.	20.739	20.739
Outras Participações e Investimentos	2	2
Sicredi Fundos Garantidores	2	2
Total	40.523	40.523

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2016	2015 (Reapresentado)	2016	2015 (Reapresentado)	2016	2015
Número de ações/quotas possuídas	6.724.487 ON 14.013.824 PN	6.724.487 ON 14.013.824 PN	2	2	19.782.260	19.782.260
Percentual de participação	2,39%	2,58%	1,27%	1,45%	12,45%	12,80%
Capital social	869.279	804.351	165	138	159.866	154.526
Patrimônio líquido	911.739	874.462	204.709	193.717	161.330	155.966
Lucro líquido do exercício	41.442	62.184	10.965	3.676	-	-
Valor do investimento	20.739	20.739	2	2	19.782	19.782

NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2016			2015
		Custo corrigido	Depreciação/Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	70.834	(24.645)	46.189	40.356
Imobilizações em curso	-	-	-	-	1.446
Terrenos	-	7.772	-	7.772	6.305
Edificações	4%	1.160	(76)	1.084	270
Instalações	10%	28.246	(8.666)	19.580	16.877
Móveis e equipamentos de uso	10%	13.989	(5.171)	8.818	7.943
Sistema de comunicação	10%	730	(334)	396	414
Sistema de processamento de dados	20%	13.415	(8.261)	5.154	3.941
Sistema de segurança	10%	3.175	(1.324)	1.851	1.343
Sistema de transporte	20%	2.347	(813)	1.534	1.817
Intangível (i)	5% a 15%	20.029	(8.299)	11.730	9.910
Investimentos Confederação		20.029	(8.299)	11.730	9.910
Total		90.863	(32.944)	57.919	50.266

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 11 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2016				2015
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	249.912	-	-	249.912	207.110
Depósitos Interfinanceiros	2.151	831	-	2.982	7.735
Depósitos a prazo	18.941	18.086	928.006	965.033	776.956
Total	271.004	18.917	928.006	1.217.927	991.801

NOTA 12 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCIEROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2016	2015
Recursos do Crédito Rural	389.381	345.983
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	389.381	345.983
Total circulante	389.381	345.983
Recursos do Crédito Rural	62.236	52.575
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	62.236	52.575
Total exigível a longo prazo	62.236	52.575

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa de até 12,75% a.a. com vencimentos até 20/10/2021, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2016	2015
Empréstimos no país - outras instituições	14.103	9.935
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	14.103	9.935
Total circulante	14.103	9.935

As obrigações por empréstimos operam com uma taxa de 0,04% a.m. com vencimento em 22/03/2017.

NOTA 14 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2016	2015
Cheques administrativos	27.156	24.620
Obrigações por convênios oficiais	1	22
Provisão para pagamentos a efetuar	16.143	12.957
Provisão para passivos contingentes (Nota 15)	4.109	4.060
Provisão para coobrigações (i)	4.653	2.169
Pendências a regularizar	394	636
Operações com cartões	48.648	34.771
Demais fornecedores	3.037	2.365
Credores diversos	6.016	4.553
Total circulante	110.157	86.153

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 15 – PASSIVOS CONTINGENTES

A Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2016	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2016
Trabalhista	3.371	445	(355)	3.461
Cível	667	287	(328)	626
Tributária	22	-	-	22
Total	4.060	732	(683)	4.109

Natureza	Probabilidade de perda	2016	2015
Trabalhista	Provável	3.461	3.371
Cível	Provável	626	667
Tributária	Provável	22	22
Total		4.109	4.060

Em 31 de dezembro de 2016, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista, Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 127; R\$ 1.797 e R\$ 48 (2015 - R\$ 177, R\$ 1.128 e R\$ 48), respectivamente.

NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2016	2015
Capital Social	153.626	139.713
Total de associados	138.326	113.369

Em 31 de dezembro de 2016, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 13.913 (2015 – R\$ 25.734), sendo R\$ 14.955 (2015 – R\$ 17.672) via integralização de resultados e R\$ 13.799 (2015 – R\$ 11.546), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 14.841 (2015 – R\$ 3.844).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão União Paraná/São Paulo - Sicredi União PR/SP, efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 10% em Conta Capital, no montante de R\$ 14.070, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC

c) Destinações

A Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão União Paraná/São Paulo - Sicredi União PR/SP, destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 80% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

NOTA 17 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2016	2015
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos iuros sobre capital próprio	36.244	22.828
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(15.222)	(9.588)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos fiscais	3	-
Provisão resgate milhas cartão	38	296
Provisão de PPR	119	53
Receita com atos cooperativos	8.933	3.370
Juros sobre o capital próprio	5.909	5.805
Efeito de alteração da alíquota de CSLL	-	438
Outros	55	(374)
Subtotal	15.057	9.588
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(165)	-

NOTA 18 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Instituições relacionadas

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2016	2015
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	2.490	6.252
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	720.628	587.781
Outros Créditos - Rendas a receber	2.656	3.192
Outros Créditos - Diversos (Nota 07)	7.733	4.896
Investimentos (Nota 09)	40.523	40.523
Intangível (Nota 10)	11.730	9.910
Passivo		
Depósitos Interfinanceiros (Nota 11)	2.982	7.735
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 12)	451.617	398.558
Obrigações por empréstimos (Nota 13)	14.103	9.935
Outras Obrigações - Diversas (Nota 14)	47.881	35.017
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	1.919	28
Ingressos e receitas Prestação de Serviços	12.930	336
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 20)	87.778	69.172
Despesas		
Operações de Captação no Mercado	562	321
Operações de Empréstimos e Repasses	30.912	23.112
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 19)	3.971	2.884
Outros Dispêndios Despesas Operacionais (Nota 21)	24.650	20.015

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2016	% em relação ao total	2015
Depósitos à vista	177	0,07%	313
Depósitos a prazo	5.804	0,60%	5.373
Operações de crédito	6.014	0,51%	3.497

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2016	2015
Pessoas chave da administração	4.623	3.405

NOTA 19 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Este item na demonstração de sobras apresenta montante de R\$ 88.829 (2015 - R\$ 77.824), refere-se as seguintes despesas: serviços do sistema financeiro, alugueis, serviços de terceiros (transporte de numerários, vigilância e manutenção), relações públicas e publicidade, além de outras despesas administrativas.

NOTA 20 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2016	2015
Recuperação de encargos e despesas (i)	13.403	2.414
Ingressos depósitos intercooperativos(ii)	85.143	66.132
Reversão de provisões operacionais	9.821	5.129
Outras rendas operacionais	6.903	10.799
Total	115.270	84.474

(i) Refere-se basicamente aos valores compensados referente ao processo administrativo transitado em julgado, cuja a decisão do STF pela inconstitucionalidade da cobrança do INSS patronal nos serviços prestados por Cooperativa de Trabalho, a favor da Cooperativa. (Nota 07)

(ii) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 21 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2016	2015
Descontos concedidos em renegociação	8.703	2.218
Contribuição O.C.E.	175	167
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	3.980	2.784
Contribuição Confederação Sicredi	15.644	13.527
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	2.248	1.973
Encargos da administração financeira	464	441
Repasso Administradora de Cartões	2.298	1.276
Outras provisões operacionais	8.886	2.228
Outras despesas operacionais	6.526	6.898
Total	48.924	31.512

NOTA 22 – COOBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2016	2015
Beneficiários de garantias prestadas (i)	168.944	154.026
Coobrigações em cessões de crédito	-	124
Total	168.944	154.150

(i) Nas garantias prestadas estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 23 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado, o de liquidez e o de crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

O processo de gerenciamento do risco operacional no Sicredi é um conjunto de ações que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição individualmente, o conglomerado, bem como as demais empresas – não financeiras, estão expostas. Os processos adotados podem ser resumidos em:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;
- Alocação de capital para o risco operacional;

O estabelecimento e disseminação das diretrizes, ferramentas e metodologias relativas ao risco operacional para todo Sistema está centralizada na Superintendência de Riscos e Economia do Banco Cooperativo Sicredi, subordinada à Diretoria de Recursos de Terceiros, Riscos e Economia. No que tange a responsabilidade pelo gerenciamento da disciplina, a estrutura é descentralizada, ou seja, cada entidade do Sistema deve indicar um diretor responsável perante o Banco Central.

II - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do risco de mercado.

O gerenciamento do risco de mercado do Sistema está centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, sob responsabilidade da Gerência de Risco de Mercado, Liquidez e Alocação de Capital, subordinada à Diretoria Executiva de Recursos de Terceiros, Riscos e Economia.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Limites operacionais que definam a tolerância ao risco de mercado das Entidades do Sistema em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das Entidades do Sistema.

III - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do risco liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competente de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- Estabelecimento de limites operacionais para manutenção de níveis adequados e suficientes de liquidez;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

IV - Alocação de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competente de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimo legal e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada entidade do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistematicamente.

O gerenciamento do risco de crédito nas instituições financeiras é regulado pela Resolução CMN nº 3.721/09 e a estrutura estabelecida pelo Sicredi está em conformidade com o referido normativo.

VI- Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do sitio www.sicredi.com.br, no caminho “Conheça o Sicredi \ Relatório \ Gestão de Riscos”.

NOTA 24 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2016	2015
O capital qualificado de Nível I pode ser detalhado conforme segue:	254.821	224.141
Capital principal - CP	254.821	224.141
Capital social	-	-
Reservas de capital, reavaliação e de lucros	103.309	85.702
Lucros acumulados	3.301	1.247
Ajuste prudencial II - ativos intangíveis a partir de outubro 2013	5.415	2.520
Total do capital qualificado	254.821	224.141
Ativos ponderados pelo risco + RBAN	166.034	145.603
Índice sobre o PR considerando a RBAN	16,26%	17,09%
Situação para o limite de imobilização	52.506	47.748
Índice de imobilização (limite 50%)	20,61%	21,30%

NOTA 25 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2016, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

Rogerio Machado
Diretor Executivo
CPF: 556.850.300-10

Walter Luiz Silva
Diretor de Operações
CPF: 556.349.749-68

Valdirene Aparecida Viegas
Contadora
CRC: PR-052480/O-6
CPF: 017.142.009-81